

**PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_/2025**

*Institui o Programa Municipal “Adota Aí Conquista”, que disciplina a adoção de áreas e equipamentos públicos por pessoas físicas e jurídicas no Município de Vitória da Conquista/BA, estabelece regras para cooperação, incentivos e responsabilidades, e dá outras providências..*

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, por seus representantes legais, aprova e eu, na forma da Lei, sanciono a seguinte:

**Art. 1º**

Fica instituído o Programa “Adota Aí Conquista”, com o objetivo de estimular a participação da sociedade na conservação, recuperação, manutenção, paisagismo e embelezamento de espaços públicos municipais, por meio de adoção voluntária formalizada junto ao Poder Público.

**Art. 2º**

Para fins desta Lei, considera-se:

- I — Espaço Público: praças, jardins, canteiros, rotatórias, parques, áreas verdes, áreas de lazer, equipamentos a céu aberto, academias ao ar livre, mobiliário urbano, trechos paisagísticos e demais bens de uso comum de titularidade do Município;
- II — Adotante: pessoa jurídica de direito privado, associação civil, organização social, entidade representativa, comerciantes, empresas ou pessoas físicas que celebrem o Termo de Adoção;
- III — Termo de Adoção: instrumento administrativo que regula as obrigações, os direitos e as condições da adoção, formalizando a parceria entre o Município e o Adotante;
- IV — Manutenção: o conjunto de ações e serviços, incluindo limpeza, corte e poda de vegetação, pintura de mobiliário, pequenos reparos, reposição de plantas, jardinagem e ações equivalentes, necessárias à conservação do Espaço Público.

**CAPÍTULO II — DO ÂMBITO DO PROGRAMA E DAS INTERVENÇÕES**

**Art. 3º**

Poderão ser objeto de adoção os Espaços Públicos de titularidade do Município, desde que:

- I — Apresentem adequação técnica e urbanística para a adoção;
- II — Sejam previamente aprovados pelos setores competentes da Administração Municipal.

**Art. 4º**

A adoção poderá compreender, isolada ou cumulativamente, as seguintes intervenções:

- I — Manutenção rotineira e conservação do Espaço Público;
- II — Execução de projetos de paisagismo e implantação de áreas verdes;
- III — Poda e manejo de vegetação, em estrita observância às normas ambientais e mediante autorização prévia;
- IV — Instalação ou recuperação de mobiliário urbano não estrutural;
- V — Realização de pequenas melhorias e benfeitorias compatíveis com a natureza e o uso do Espaço Público;
- VI — Desenvolvimento de ações socioeducativas e de conscientização vinculadas ao cuidado ambiental e à preservação do patrimônio público.

**CAPÍTULO III — DO PROCESSO DE ADOÇÃO**

**Art. 5º**

A adoção será requerida pelo interessado mediante solicitação formal, a ser protocolada junto ao órgão municipal competente, acompanhada dos seguintes documentos e informações:

- I — Identificação completa e qualificação do Adotante;
- II — Delimitação e descrição do Espaço Público a ser adotado;
- III — Proposta detalhada das ações de manutenção e conservação a serem executadas;
- IV — Quando houver intervenções que alterem o estado atual do bem, projeto simplificado das melhorias pretendidas.

**Art. 6º**

A Administração Municipal, por meio dos órgãos técnicos competentes, analisará a proposta de adoção, considerando, minimamente:

- I — A viabilidade técnica e operacional das intervenções propostas;
- II — A compatibilidade urbanística, ambiental e paisagística;
- III — O impacto na paisagem urbana e na qualidade de vida da população;
- IV — O atendimento às normas de acessibilidade e segurança.

**Art. 7º**

Aprovada a proposta, será celebrado o Termo de Adoção, com prazo de vigência de (dois) a (cinco) anos, admitida a renovação mediante avaliação prévia e expressa do Município.

**Art. 8º**

O Termo de Adoção deverá conter, obrigatoriamente:

- I — A identificação completa e qualificação do Adotante;
- II — A delimitação precisa e a descrição do Espaço Público adotado;
- III — As obrigações e responsabilidades do Adotante, incluindo o cronograma de manutenção;
- IV — As responsabilidades do Município, incluindo a orientação técnica e a fiscalização;
- V — As regras específicas sobre a publicidade e os elementos de divulgação permitidos;
- VI — O prazo de vigência, as condições de renovação e as hipóteses de rescisão;
- VII — As penalidades aplicáveis em caso de descumprimento

**CAPÍTULO IV — DA PUBLICIDADE E DOS INCENTIVOS**

**Art. 9º**

Como forma de reconhecimento e incentivo à participação, fica o Adotante autorizado a instalar placas de publicidade comercial no Espaço Público adotado, contendo o nome, a marca, o logotipo e material publicitário da empresa ou instituição adotante, em razão da celebração do Termo de Adoção.

**Art. 10º**

A publicidade de que trata o artigo anterior deverá observar as seguintes condições:

- I — As dimensões, a quantidade, o design e os materiais das placas serão definidos em regulamentação específica do Poder Executivo;
- II — A instalação ocorrerá em pontos autorizados, garantindo a boa visibilidade e a integração harmônica com o paisagismo;
- III — É vedada a obstrução de calçadas, passagens, sinalização viária ou a violação das normas de acessibilidade e segurança;
- IV — É proibida a utilização de elementos luminosos ou displays que possam prejudicar o trânsito ou a segurança pública;
- V — O Adotante deverá retirar ou ajustar a publicidade, sem ônus para o Município, caso seja determinada a adequação por interesse público.

**Art. 11º**

É vedada a instalação de estruturas de publicidade que descaracterizem o Espaço Público ou que sejam incompatíveis com o projeto paisagístico aprovado, cuja compatibilidade será definida em regulamentação.

**CAPÍTULO V — DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Art. 12º**

São obrigações do Adotante:

- I — Executar e manter as ações previstas no Termo de Adoção, garantindo a conservação contínua do Espaço Público;
- II — Cumprir rigorosamente as normas ambientais, sanitárias, de paisagismo e urbanismo vigentes;
- III — Manter as placas de publicidade em perfeitas condições de conservação e limpeza;
- IV — Reparar, de imediato, quaisquer danos causados ao Espaço Público ou a terceiros em decorrência das intervenções;
- V — Assegurar o livre e irrestrito acesso da população ao Espaço Público, que é de uso comum.

**Art. 13º**

São obrigações do Município:

- I — Prestar orientação técnica e emitir as autorizações e aprovações necessárias para as intervenções;
- II — Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Adotante no Termo de Adoção;
- III — Intervir em situações de risco, de flagrante descumprimento ou de interesse público que justifiquem a retomada do Espaço Público.

**CAPÍTULO VI — DA FISCALIZAÇÃO, RESCISÃO E SANÇÕES**

**Art. 14º**

O descumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Adoção e nesta Lei sujeitará o Adotante às seguintes sanções, aplicadas de forma progressiva e mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:

- I — Advertência formal;
- II — Multa administrativa, cujo valor será definido em regulamentação;
- III — Suspensão temporária do direito de manter a publicidade no local;
- IV — Retirada compulsória das placas de publicidade, às expensas do Adotante;
- V — Rescisão unilateral do Termo de Adoção.

**Art. 15º**

A rescisão do Termo de Adoção poderá ocorrer:

- I — Por descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo Adotante;
- II — Por interesse público devidamente motivado;
- III — Por solicitação do Adotante, mediante aviso prévio e formal ao Município.

**CAPÍTULO VII — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16º**

A participação no Programa “Adota Aí Conquista” não gera vínculo empregatício, tampouco contrapartidas financeiras obrigatórias por parte do Município, caracterizando se como ato de cooperação voluntária.



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

**Art.17º**

O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 18º**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 11 de dezembro de 2025.

**DIOGO GOMES DE AZEVEDO FEITOSA**

**VEREADOR**

[www.camaravc.com.br](http://www.camaravc.com.br)

[f](#) [@](#) [@camaravc](#)

Câmara de Vitória da Conquista

## JUSTIFICATIVA

O Programa “Adota Aí Conquista” propõe um modelo de cooperação entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal para a manutenção, conservação e embelezamento de praças, jardins, rotatórias e demais áreas urbanas de Vitória da Conquista. A adoção de espaços públicos é uma estratégia de gestão moderna e eficiente, amplamente utilizada em diversas cidades brasileiras, que permite a revitalização urbana sem onerar o orçamento público de forma exclusiva.

A permissão para a instalação de publicidade comercial, conforme as regras estabelecidas, configura uma contrapartida real e atrativa para as pessoas físicas e jurídicas, fortalecendo os incentivos para a adesão ao Programa. Este mecanismo amplia o engajamento da iniciativa privada, viabiliza a manutenção contínua dos espaços públicos e contribui para o fortalecimento da economia local.

O Programa contribui diretamente para:

- Melhoria da Paisagem Urbana: Promovendo o embelezamento e a conservação dos bens públicos.
- Valorização Ambiental: Incentivando o paisagismo e o manejo adequado da vegetação.
- Segurança e Bem-Estar: Espaços bem cuidados tendem a ser mais seguros e propícios ao convívio social.
- Criação de Sentimento de Pertencimento: Estimulando a comunidade a zelar pelo patrimônio comum.
- Fortalecimento das Parcerias Público-Privadas: Estabelecendo um modelo de cooperação transparente e regulamentado.

Trata-se, portanto, de uma política pública socialmente desejável, economicamente eficiente e juridicamente segura, que visa aprimorar a gestão dos espaços públicos em benefício de toda a população de Vitória da Conquista. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 11 de dezembro de 2025.



**DIOGO GOMES DE AZEVEDO FEITOSA**  
VEREADOR